

IX Seminário de Pesquisas FESPSP - “Desafios da pandemia: agenda para as Ciências Sociais Aplicadas”.

De 09 a 13 de novembro de 2020

GT 15: Gestão da Informação Organizacional: estruturas e acesso.

Bibliotecas prisionais em presídios femininos em são Paulo: relação de um espaço disseminador de informação com o ambiente prisional

Sofia Biella CAETANO¹

Sociologia e Política: Escola de Humanidades

Resumo

Apresenta a relação das bibliotecas prisionais com os presídios femininos em que estão inseridas. Para tal, objetiva averiguar a existência da mediação e da disseminação da informação dentro do cárcere, por meio de relatos de experiência. A metodologia utiliza entrevistas com especialistas que atuam e já atuaram em bibliotecas no ambiente prisional feminino, além de pesquisa bibliográfica acerca do tema, para abranger maior conhecimento das funcionalidades de uma biblioteca prisional e do acesso à informação pelas apenadas. Conclui, assim, ser indubitável o desenvolvimento de práticas de mediação e de disseminação da informação nas bibliotecas prisionais, de forma a empoderar mulheres privadas de liberdade na busca pelo conhecimento e por seus direitos, essenciais para a prática da cidadania e da reinserção social em uma sociedade carente em educação e inclusão.

Palavras-chave: Bibliotecas prisionais. Mediação da informação. Disseminação da informação em presídios femininos.

1 Introdução

Cidadania é um tema, segundo Santa Anna, Zanetti e Nascimento (2015) de essencial discussão, especialmente no contexto das sociedades democráticas.

¹ Graduanda do Curso de bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação.
E-mail para contato: sofiabiella@gmail.com

Isso, pois nelas, os direitos, as garantias fundamentais e a igualdade dos cidadãos são postos como indicadores do desenvolvimento social.

Assim como a cidadania é um direito constitucional, o acesso à informação também é uma obrigação do Estado, que deve ser garantido a todos os cidadãos, inclusive aqueles que se encontram dentro de sistemas penitenciários e presídios.

No Brasil, a Lei de Execuções Penais (LEP) nº 7.210 de 11 de julho de 1984, legitima e obriga a criação de bibliotecas em penitenciárias, dizendo em seu art. 21, que:

Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Art. 21-A. O censo penitenciário deverá apurar: (...) IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo. (BRASIL, art. 21, 1984).

Assim sendo, as bibliotecas no cárcere objetivam, segundo Colares e Lindemann (2015), devolver esperança e alento aos apenados, buscando resgatar uma identidade anulada pelo espaço restrito de liberdade em que se encontram.

No caso das mulheres, o processo de limitação, privação e censura já existe por si só na sociedade, que visa padronizar os gostos, roupas, gênero e atitudes. Numa sociedade de estrutura patriarcal, permitir o acesso informacional às mulheres, de todas as classes sociais, graus de escolaridade, religião apresenta-se utópico tanto na realidade “liberta”, quanto mais nos presídios e penitenciárias femininas.

Felizmente há estabelecimentos prisionais femininos que possuem bibliotecas, entretanto, como possibilitar que apenadas com variações de letramento, e diferentes experiências com o livro e a leitura se interessem pelo ambiente da biblioteca?

Acredita-se que por meio de processos de mediação da informação é possível integrar as apenadas ao conhecimento, possibilitando sua disseminação.

Inicialmente, objetivou-se investigar se existem processos de mediação e de disseminação em um presídio ou penitenciária em São Paulo, que tenha uma biblioteca prisional por meio do acesso a este pela pesquisadora. Porém, devido às impossibilidades e às dificuldades encontradas e impostas ao pesquisador no cárcere, tanto no quesito tempo de espera, como no de documentos burocráticos necessários, além do isolamento provocado pela pandemia da Covid-19, sancionado em março de 2020, não foi possível a entrada efetiva no Sistema Prisional. Assim, para manter o

objetivo geral deste trabalho foram utilizadas entrevistas com pesquisadoras do cárcere, a fim de entender seus olhares e suas experiências perante as bibliotecas prisionais nas unidades femininas em que adentraram.

Dessa forma, os objetivos específicos foram a averiguação dos meios utilizados pela biblioteca prisional em dar acesso à informação às apenadas e a investigação das atividades desenvolvidas neste ambiente.

Para tal, é necessário conceituar brevemente a mulher e a biblioteca no cárcere, bem como a conceitualização da mediação da informação, para sua posterior disseminação dentro do ambiente prisional, sempre relacionando aos relatos e às experiências das entrevistadas.

2 Metodologia

A realização de uma pesquisa acadêmica, para ser produtiva e eficaz, deve apresentar etapas para a atividade metodológica, com funções e procedimentos previamente definidos. O método de pesquisa utilizado tem caráter qualitativo.

Como colocado no capítulo anterior, a metodologia voltou-se ao atendimento fidedigno dos objetivos, assim, foram desenvolvidas e realizadas entrevistas estruturadas com profissionais que puderam entrar tanto como voluntários, quanto pesquisadores no cárcere.

Assim, foram realizadas três entrevistas: a primeira em 2019, com a profissional, ativista e pesquisadora, Cátia Lindemann, sobre a relação do cárcere com a biblioteca e seu papel mediador e disseminador de informação. Posteriormente, em 2020, foram realizadas duas entrevistas: uma com a pesquisadora, formada em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Sâmea Maria Carlos, e outra com a estudante de graduação do mesmo curso, Nicole Raissa Costa Oliveira para averiguação da existência de práticas de mediação e de disseminação dentro das unidades prisionais em que atuaram.

Além disso, também foi realizada pesquisa bibliográfica, incluindo fichamentos, para melhor absorção de conhecimentos acerca do tema.

A pesquisa foi desenvolvida em um ano, com bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, proporcionada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), com início em agosto de 2019 e finalizada no respectivo mês de 2020.

3 A mulher e a biblioteca no cárcere

Segundo Franco (2015) os primeiros estabelecimentos prisionais voltados exclusivamente para mulheres foram encontrados na Europa, no século XVII. As apenadas exerciam tarefas de lavanderia, cozinha e limpeza, as quais eram atividades consideradas, majoritariamente femininas, sendo que entre o corpo prisional não haviam apenas aquelas que cometiam crimes e delitos, mas também “mulheres pobres, bêbadas, prostitutas, e criminosas, bem como aquelas que desvirtuavam do caminho esperado e desobedeciam a seus patriarcas e maridos” (FRANCO, 2015, p. 12).

Assim, para a autora até meados do século XX, os presídios femininos, apesar de existirem, apresentavam grandes problemas para a sua fidedigna execução, como a falta de espaços, de medidas que fossem capazes de olhar para as especificidades femininas, de legislação apropriada e completa ausência de treinamento dos funcionários e carcereiros.

É perceptível, porém, que com a passagem do tempo muitas ações foram aprimoradas com novas atividades inseridas e com o foco na ressocialização das apenadas, tornando-se, cada vez mais, latente a necessidade de trazer a educação à tona, como instrumento de ressignificação tanto da criminalidade, como do papel da mulher na sociedade.

Acredita-se, dessa forma, que os livros são meios de dar asas ao pensamento intelectual, cultural e social das apenadas mesmo dentro de um ambiente de privação da liberdade. O conhecimento consegue adentrar no cárcere e em quem nele está presente. Além disso, os livros devem estar disponíveis, por Lei, dentro das bibliotecas prisionais, como citado na introdução deste artigo.

Em entrevista² realizada com a bibliotecária e pesquisadora pioneira no estudo das bibliotecas prisionais, Cátia Lindemann, ela deixa claro que as bibliotecas são “o patamar para educação”. Afirma ainda que, inicialmente, as bibliotecas no cárcere objetivam levar informação ao apenado, permeando seu tempo ocioso dentro do cárcere e por fim, despertando nele o gosto pela leitura, de maneira a incentivar sua procura à sala de aula.

² Entrevista realizada com Cátia Lindemann, em nove de outubro de 2019, por telefone, com o áudio das respostas transcrito pela autora e presente no anexo A.

Entretanto, Lindemann (2019) salienta uma questão cultural e alfabetizadora presente na realidade brasileira de que, “uma criança nas séries iniciais, ela tem mais familiaridade com o livro e a leitura do que um preso, né”. Dessa forma, questiona-se aqui o modo para permitir que, no caso as mulheres presas, as quais são o foco deste trabalho, possam desenvolver o gosto pela leitura, o desejo de entender e apreender o conhecimento presente nos livros, sejam eles didáticos, de ficção, romance, drama, ou até mesmo de direito e jurisdição.

É indubitável, assim, que se desenvolvam práticas que visem empoderar as mulheres de um conhecimento por elas até então desconhecido, de modo a não permitir que a carência educacional e cultural seja uma barreira que impeça a aprendizagem e a absorção de informação e do conhecimento presentes nos livros.

Dessa forma, entende-se ser necessário conceitualizar o que representa a mediação da informação e como essa abordagem pode ser realizada no ambiente prisional.

4 Mediação e disseminação da informação nas bibliotecas prisionais

Mediar o acesso à informação envolve mais do que a apropriação do conhecimento que será disseminado. Soma-se a isso, a análise do contexto das informações e a constante avaliação de como essas chegam a quem participa de tais práticas de mediação. Dessa forma, Souto (2010) defende que, apesar da independência dos usuários de sistemas de informação ser algo desejado e que deva ser estimulado, sempre há possibilidades de intermediação e mediação, variando o contexto e a complexidade presentes no âmbito da busca informacional.

No cárcere, tal processo de interação com o público da biblioteca, é tão necessário como em qualquer outro serviço informacional existente. Com apenas de diversos graus de escolaridade e de diferentes repertórios culturais e educacionais, a mediação deve buscar meios de dar acesso informacional à essas mulheres, com o foco em suas necessidades e interesses.

Segundo Nicole Raissa Costa Oliveira³, voluntária no Projeto Leitura Liberta, da Pastoral Carcerária em 2018, ano em que atuou com o projeto, havia mediação da informação nas atividades realizadas no Centro de Progressão

³ Entrevista realizada com Nicole Raissa Costa Oliveira, em treze de abril de 2020, com o envio das perguntas e respostas no formato de texto por telefone. Ver anexo B.

Penitenciária Feminino do Butantã. Não se tratava, porém apenas da mediação de livros e da leitura, mas da interação com outros elementos, tais como: fotografias, cartas de tarot, letras de música, entre outras. Segundo Oliveira (2020):

(...) é proposto também a busca pelo autoconhecimento, pela consciência, pela memória afetiva, pela busca por melhorias e realizações pessoais... são realizadas contações de histórias e há, em todo encontro, o momento “mão na massa” onde as encarceradas elaboram alguma atividade relacionada aos temas apresentados.

Dessa forma, a informação trazida pelos voluntários no espaço da biblioteca se transforma ao chegar às apenadas, pois a captação de sentido é individual e intransponível.

Este momento foi pensado de modo que as mulheres possam expressar seus sentimentos por meio da escrita, da música, da pintura, enfim, da arte, tornando-se participantes ativas das atividades. As apenadas não ficam sentadas apenas ouvindo, pois, a intenção é que os encontros se tornem conversas e troca de conhecimentos. (OLIVEIRA, 2020).

Como visto, a biblioteca no cárcere tem o papel de mediar a informação de forma interativa e com foco nas necessidades observadas. Além disso, para Souto (2010) no contexto da disseminação da informação a interação entre mediador e usuário deve valorizar, sempre que possível, a colaboração no processo de construção da aprendizagem e na formação do conhecimento. Tal processo colaborativo é visível no depoimento de Oliveira quando descreve a interação do projeto dentro da biblioteca prisional.

Sâmea Maria Carlos⁴, pesquisadora e bacharel em Biblioteconomia pela FESPSP, também adentrou duas unidades prisionais femininas com bibliotecas prisionais e ressalta que:

É importante pensar a biblioteca como um espaço de conhecimento, de disseminação da informação, cultura, bem estar e como instrumento que auxilia as atividades educacionais. Acreditamos que essas informações são um dispositivo para que as pessoas possam despertar seu potencial transformador e aplicá-lo tanto em sua vida pessoal como em sociedade (CARLOS, 2020).

Por questões éticas e internas do Sistema Penitenciário, a entrevistada não pode revelar as unidades Prisionais em que adentrou, portanto foi adotada a identificação das unidades como: Unidade A e Unidade B.

⁴ Entrevista realizada com Sâmea Maria Carlos, em oito de abril de 2020, com o envio das perguntas e respostas no formato de texto por telefone. Ver anexo C.

Acerca do processo de mediação na Unidade B, o mesmo ocorria por meio de atividades propostas pelas responsáveis pela biblioteca e permitidas pelo sistema.

Segundo Carlos (2020):

As últimas oficinas que foram desenvolvidas na biblioteca foram rodas de leituras em que após a leitura os grupos que foram formados desenvolveram uma pequena peça de teatro, e apresentaram em diversos dias em todos os pavilhões (...). Outro grupo desenvolveu atividades de pinturas em telas no espaço da biblioteca”.

Assim, é possível entender que por meio das práticas de mediação desenvolvidas, houve apropriação e transformação da informação em conhecimento, nas quais as apenadas se tornaram sujeitos de suas ações.

Entretanto, segundo o relato de Carlos (2020), na Unidade A não havia atividades e propostas de interação com o acervo da biblioteca. Porém, ela ressalta que o fato de ao menos haver uma biblioteca no cárcere, já representa uma enorme contribuição na rotina das apenadas e em suas práticas de leitura.

É importante ressaltar que em nenhuma das unidades prisionais dotadas de biblioteca analisadas há a presença de um bibliotecário responsável por essas bibliotecas, não havendo ainda nenhuma lei brasileira que legitime a presença desse profissional no cárcere. Entende-se que mesmo não sendo profissionais da informação é deveras positivo que haja ações de mediação, como expostas acima. Entretanto, evidencia-se que a atuação de um bibliotecário, que apresentasse afinidade com o desenvolvimento de atividades no cárcere seria de extrema relevância para os processos de interação, haja vista sua familiaridade com os processos informacionais.

Lindemann (2019) salienta, contudo, que o bibliotecário no cárcere não deve apenas saber organizar, processar e disseminar a informação, mas entender, sobretudo as especificidades desse local. Segundo ela, não é o cárcere que deve se adaptar à biblioteconomia, mas essa se adequar às regras no ambiente em que está inserida.

Assim, por meio dos relatos acima nota-se que nos ambientes em que há prática da mediação e da disseminação da informação, as apenadas se apropriam das linguagens propostas, criando suas próprias impressões, sentidos e sentimentos em relação à biblioteca e ao conhecimento adquirido.

Segundo Carlos (2020), algumas apenadas da Unidade B reconheciam a importância de uma biblioteca estar inserida no ambiente prisional, sendo uma

oportunidade de desenvolvimento pessoal, abrindo o olhar para novas perspectivas de ressocialização e, inclusive de vida, despertando interesse na descoberta de novos conhecimentos.

5 Considerações finais

As bibliotecas prisionais são essenciais, não apenas por Lei, mas também por serem aparelhos que permitem a entrada de materiais informacionais no cárcere, ampliando o contato com a leitura, com uma gama variada de assuntos, tipos de escrita e inclusive de arte.

Na entrevista, Lindemann (2019) afirma que além de ser um espaço de disseminação de informação, a biblioteca dentro do cárcere deve permitir a aproximação do livro com o apenado, fazendo a mediação da leitura e tornando o livro algo agradável para ele. Assim, a partir deste momento, segundo ela, é possível mostrar aos apenados “Olha, tem aquele caminho ali, que você seguiu, aquele pelo qual você veio, o qual você ingressou no cárcere. Mas tem este outro caminho, o caminho da educação, quem sabe você não possa ir por lá, né” (LINDEMANN, 2019).

Dessa forma, práticas de mediação e de intermediação podem auxiliar na apropriação do conhecimento, pois são diferentes olhares que se somam, que se ensinam. A mediação de forma horizontal gera troca, tanto para o mediador quanto para as mulheres privadas de liberdade.

Assim, conclui-se que a biblioteca prisional e seu acervo aliados a prática da mediação são instrumentos de aprendizagem, apropriação e transformação da informação sendo mecanismos de empoderamento do conhecimento. No caso da mulher encarcerada, é uma forma de liberdade dentro da prisão. Pintar, interpretar uma peça, discorrer sua opinião sobre uma leitura, são maneiras de libertar a expressão interna e criativa, que muitas vezes são podadas pela sociedade fora do cárcere.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724** – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/NBR_14724_atualiza_da_abr_2011.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023** –

Informação e documentação - Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<https://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnbr6023.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520** – Informação e documentação - Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < <https://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/nbr10520-original.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Lei 7210/84 de 11 de Julho de 1984 – Art. 21. Lei de Execução Penal. Presidência da República - Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 11 de julho de 1984. Poder Executivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 01 jun. 2020.

COLARES, Leni Beatriz Colares; LINDEMANN Catia Rejane. IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA NO CÁRCERE: desafios e possibilidades. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.25, n.3, p. 205-215, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/95648>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FRANCO, Nadiel Alves. As múltiplas punições do sistema penitenciário sobre a mulher: liberdade, direitos sexuais e reprodutivos. 2015. 47 f. Monografia (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/10978>>. Acesso em: 16 jul. 2020

SANTA ANNA, Jorge; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social . **Revista ACB**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 67-85, abr. 2015. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/984>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

SOUTO, Leonardo Fernandes. Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

Anexo

Anexo A – Entrevista com Cátia Lindemann

BIBLIOTECAS PRISIONAIS – âmbito geral

1- Qual seu primeiro contato com bibliotecas prisionais?

Então, meu nome é Cátia Lidemann, sou bibliotecária, presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais, uma representatividade da FEBAB. Meu primeiro contato com as bibliotecas prisionais se dá quando eu volto do Rio de Janeiro, depois de quase 30 anos morando fora do meu Estado, que é o Rio Grande do Sul, e eu sempre trabalhei com as artes plásticas, né. Com

esculturas em espumas, com cenários de teatro, então eu sou, chego, volto na minha cidade, que é a cidade de Rio Grande, extremo sul do Rio Grande do Sul, sou convidada a montar um cenário de teatro na cadeia, na Penitenciária Estadual do Rio Grande, o maior presídio do interior do Estado do Rio Grande do Sul, com 1.250 presos, um presídio misto né, porque nós temos mulheres também, 250 mulheres. E aí me convidam perguntando se eu posso montar aquele cenário de teatro porque os presos iriam fazer uma apresentação no dia do apenado. E sim, nós temos no Brasil o dia do apenado. E eu cheguei lá, fui montar. Eu lembro que eu não cobrei pela minha mão de obra porque eu achei bacana aquilo né, os presos fazendo uma peça de teatro e notei que eles estavam decorando né, em voz alta né, cada um a sua fala e era um texto de Sonhos de uma Noite de Verão, Shakespeare. E eu terminei rapidamente o meu trabalho e por curiosidade perguntei pra um dos presos: Nossa, que bacana né. Vocês gostam de Shakespeare? Aí o preso olhou pra minha cara e falou: Não sei nem quem é, Dona. E eu falei assim: Como assim, você não conhece Shakespeare? Aí o outro preso falou: Será que é companheiro novo na cadeia? Aí um terceiro preso falou assim: Cara, imagina que vai ter um companheiro com um nome esquisito. E eu falei: Não gente, Shakespeare não é um presidiário, não é um companheiro novo, é o autor deste texto que vocês estão lendo. Vocês não frequentam a biblioteca? Vocês não leem os livros dos quais vocês tão decorando o texto? E aí o preso foi e me disse: Dona, a gente não tem nem livro, quem dirá biblioteca. E aí, a partir daquele momento, chego em casa, eu acesso a internet, eu entro no Google pra pesquisar, né, Bibliotecas nas prisões, Biblioteca prisional, não me trouxe resultados, até que eu botei Biblioteca – Prisão, e aí me apareceu a Lei de execuções penais de 1984, né, a Lei 7.210, em que ela fala que em toda e qualquer instituição penal no Brasil, será dotada de biblioteca. E aí eu falei, isso é Lei gente. É um direito do preso. Direito a gente não barganha, a gente não discute, direito a gente aplica. E eu falei como assim, se direito a gente aplica, por que que os presos não têm biblioteca? E a minha intenção foi entender tudo, né, sobre o mundo das bibliotecas, como é que funcionava e eu falei “Mas como é que eu faço pra entender isso?” Aí apareceu o termo Biblioteconomia”, eu percebi que era a área das bibliotecas e eu falei “Então eu vou fazer este curso, porque eu quero

entender tudo sobre ele pra montar bibliotecas nos presídios.” Então eu tenho orgulho de dizer que o que me levou para a biblioteconomia, o que me tornou bibliotecária, foi a prisão, a cadeia, né. E a partir deste momento eu volto pra universidade, né, quase três décadas depois pra me formar nessa área, inclusive hoje, né, está completando 5 anos, hoje dia 31 de janeiro, e pra montar bibliotecas nas prisões. E assim eu fiz, desde a época de acadêmica, continuo fazendo hoje, como bibliotecária, né, e enfim, este foi meu primeiro contato com as bibliotecas prisionais.

2- Para você, qual a importância das bibliotecas prisionais?

A importância das bibliotecas prisionais, no sentido Jurídico, a Lei é bem clara, só pode haver sala de aula se houver a biblioteca, né. A biblioteca, ela por si só é obrigatória, tem que ter a biblioteca, né. Independente de ter sala de aula ou não tem que ter o livro e a leitura. Mas só vai ter sala de aula se houver a biblioteca prisional. Então a biblioteca prisional ela é crucial, ela é ponte, né, pras salas de aula e eu na minha concepção não existe uma outra maneira de combater a criminalidade se não for por meio da educação, né. E os livros são pontes pra isso. E sem contar que a biblioteca prisional, os livros ocupam o tempo ocioso do preso, né. Coelho* já falava que “Cabeça vazia é a oficina do Diabo” dentro de uma cadeia né, então, a biblioteca ela vai pra ocupar o tempo ocioso do preso, mantém ele focado numa leitura, sem contar a parte de informação né, que isso a nossa constituição já diz “Todos devem ter acesso a informação” e a constituição ela não diz ‘Todos devem ter acesso à informação menos na cadeia”, não, TODOS, todos são todos, né, então a biblioteca prisional vem inclusive pra cumprir a nossa Carta Magna, né, a nossa Lei máxima, no Brasil, que é a Constituição.

3- Quais os maiores problemas encontrados nas bibliotecas prisionais atualmente?

Atualmente, no passado e sempre, o maior problema é a parte administrativa, é o governo fazer a parte dele, né. É o entrave. É acharem que a biblioteca prisional é Lei, mas ela é uma Lei que a gente pode deixar pra depois, “depois

a gente aplica”, “Não, livro é luxo pra preso”, enfim, o maior problema é o sistema. O próprio sistema, né.

4- Na sua opinião qual a relação que a biblioteca, enquanto espaço disseminador de informação, tem ou deveria ter com o ambiente prisional?

Olha, a biblioteca além de ser um espaço de disseminador de informação, né, a relação dela com o ambiente prisional é isso. Ela é o patamar pra educação. Ela começa, no sentido de trazer ao preso a informação, de ocupar seu tempo ocioso, despertando o gosto nele pra leitura e proporcionando que ele vá pra sala de aula, lembrando que uma criança nas séries iniciais, ela tem mais familiaridade com o livro e a leitura do que um preso, né. Nós temos hoje no Brasil, a terceira maior população prisional do mundo, são 846 mil presos, destes 75% não tem o ensino fundamental completo, e 98%, gente é um número muito grande, 98% declara nunca ter pego um livro na vida, não ter tido o hábito da leitura, né. Então, uma criança está mais entrosada com um livro do que um preso. Então primeiro você vai ter que apresentar o livro para o preso, fazer a mediação da leitura, tornar o livro, né, algo agradável para o preso, né. E aí, a partir deste momento, sim, aí a relação do preso, né, com a biblioteca, ela vai ganhar um leque maior, mostrando a ele, que “Olha, tem aquele caminho ali, que você seguiu, aquele pelo qual você veio, o qual você ingressou no cárcere. Mas tem este outro caminho, o caminho da educação, quem sabe você não possa ir por lá, né”. Então, o livro é de suma importância, né.

BIBLIOTECÁRIO – âmbito geral

5- Qual a importância do bibliotecário no ambiente prisional? Qual o papel que o mesmo deve exercer?

Primeiro, que o bibliotecário no ambiente prisional ainda é uma profissão totalmente voluntariada, eu por exemplo, atuei esses anos todos, né, pelo cárcere e sem ganhar um centavo, porque a profissão de bibliotecário ela sequer existe no quadro funcional do departamento penitenciário brasileiro. A nossa profissão, ela não existe, tem concurso que são contempladas vagas

pra médico, dentista, psicólogo, assistente social, enfim, mas não tem a vaga de bibliotecário. O que é muito louco, né, porque a partir do momento que você tem uma lei que diz que tem que ter a biblioteca prisional e a biblioteca prisional ela é tão respaldada juridicamente, quanto uma biblioteca escolar ou qualquer outra, né, então deveria ser contemplada nossa profissão dentro do cárcere. Enfim, não tem. Mas aí é que está, né, é de suma importância, assim, como toda biblioteca escolar deveria ter um bibliotecário, assim uma universitária tem bibliotecário, a biblioteca da prisão ela teria de ter um bibliotecário não só pra organizar a informação mas pra poder passar, disseminar essa informação de modo correto, né, e fazendo a mediação da leitura, né, não adianta nada você ter um bibliotecário na biblioteca prisional se ele não entender as especificidades do cárcere. É o que eu digo “A biblioteca prisional ela é cercada de aspectos peculiares que são só dela, então primeiro vem as regras do sistema, segurança. O cárcere, ele não tem que se adaptar às regras da biblioteconomia, é a biblioteconomia que tem que se adaptar às regras no ambiente em que ela está inserida, né. Então, o bibliotecário prisional ele tem que trabalhar com o fator psicológico, trabalhar com o fator segurança, enfim, né, mas como toda e qualquer biblioteca, deveria, em tese, ter um bibliotecário, né.

6- Na sua opinião, ao que se deve à falta de bibliotecários atuando nessa área? Se falta é isso, né, se a profissão de bibliotecário fosse regulamentada por lei dentro do cárcere, né, nos concursos, que acontecem dentro do sistema penitenciário, com certeza teria uma gama grande, né, um leque de ofertas de trabalho enorme e eu tenho certeza que muitos bibliotecários iriam se interessar.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS PRISIONAIS

7- Qual a atuação da Comissão perante o cenário carcerário brasileiro? Que atividades desenvolve atualmente? Quantas pessoas atuam junto com voce?

Olha, a Comissão Brasileira de Bibliotecas prisionais ela é a primeira da América do Sul, da América Latina, né, ela surgiu em março de 2017, por iniciativa da presidente da FEBAB, Adriana Ferrari, ela sabendo, de conhecimento do meu trabalho, me convidou pra presidir a comissão, é, montei os componentes, elegendo pessoas com atuação do livro e da leitura no cárcere, em várias partes do Brasil. A nossa atuação é justamente fazer aquilo que o governo não faz, é fiscalizar, ver onde tem a biblioteca prisional, é prestar esclarecimentos estatísticos, dados, né, sobre o livro a leitura, a presença do livro e da leitura no cárcere, ajudando as pessoas que, infelizmente, tem montar projetos pra implantar um biblioteca, porque o governo não faz a sua parte, né, então a gente ajuda essas pessoas a fazer projetos, geralmente em projetos de extensão universitária, as universidades montam projetos e a gente ajuda. Outra coisa que a gente faz também é cobrar das escolas de biblioteconomia que a biblioteca prisional faça parte, né, das disciplinas, que ela faça parte dentro da tipologia de bibliotecas, porque uma das coisas que é uma lacuna enorme né, o preconceito começa ainda na formação do bibliotecário e que o corpo docente ele fala sobre vários tipos de bibliotecas, todas as tipologias, comunitária, pública, escolar, alternativa, universitária, mas não fala sobre a biblioteca prisional né, então a gente cobra isso, das escolas de formação.

8- Há idealizações de projetos futuros?

E nossos projetos futuros, a gente tem vários, inclusive está em tramitação no congresso Nacional, conectada à deputada Federal Erica Cocai, que abraçou a nossa causa, que é a regulamentação da profissão de bibliotecário no quadro funcional do Departamento Penitenciário Brasileiro, e nós queremos que o dinheiro arrecadado, por esquemas de corrupção, inclusive, esse dinheiro da Lava Jato, seja empregado na educação, nas salas de aula, em bibliotecas, em livros para dentro do cárcere, né,

9- Qual a maior dificuldade enfrentada pelo CBBP hoje?

E a nossa maior dificuldade, enfrentada pela comissão é isso. É esse nosso atual governo, que é um governo que apregoa que “Bandido bom é bandido

morto”, então eu não preciso nem entrar, me estender muito pra você imaginar qual é o cenário das bibliotecas prisionais hoje, no Brasil. Nós temos a maioria das instituições penais do Brasil não tem bibliotecas, poucas que tinham estão fechando suas bibliotecas para darem espaço pra mais presos, pra trazer, transformando as bibliotecas em celas, né, pra poder abrigar mais presos. Então nós vivemos um governo que não acredita na educação, não acredita no livro, na leitura, como fatores que possam combater a criminalidade. Pelo contrário, eles acreditam que quanto mais prisões, né, menos crime. Como se isso fosse a solução e quando a gente sabe que, na realidade isso é paliativo. Não adianta você pegar a coisa já em andamento, você tem que cortar pela raiz. E se corta pela raiz é com a educação, né, e infelizmente a nossa dificuldade hoje é imensa, tanto que o governo desativou as informações sobre as bibliotecas prisionais. Você entra hoje no site do governo, tanto no DEPEM, quanto você entra no CNJ, ou mesmo no site do Ministério da Justiça e você encontra lá os dados estatísticos da quantidade de presos, escolaridade, mas o governo simplesmente, trancou a informação que falava sobre se a instituição tinha ou não biblioteca, então enfim, hoje em dia a nossa dificuldade, a nossa e de toda a universidade, toda e qualquer luta que pautar os direitos humanos é justamente estar diante de um governo que não quer saber de educação, um governo que não quer saber de ressocialização, um governo que literalmente né, passa por cima dos direitos humanos no Brasil.

Anexo B – Entrevista com Nicole Raissa Costa Oliveira

1 - Em que ano e em qual penitenciária você adentrou?

Adentrei no CPP Feminino do Butantã Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira em 2018.

2 - Como era o funcionamento da biblioteca?

A biblioteca funcionava apenas dois dias por semana e dentro de um horário mega limitado: terças e quintas, das 14h às 16h. Os empréstimos e devoluções eram feitos dentro desse horário.

3 - Atividades eram propostas e desenvolvidas com as apenadas? Se sim, explique.

Sim, eram desenvolvidas e aplicadas atividades para as apenadas por meio de um projeto do qual sou voluntária, o Leitura Liberta. O projeto foi criado pela Geralda, integrante da Pastoral Carcerária. Porém, o projeto é tocado principalmente pelos voluntários junto com a Geralda, sem qualquer tipo de apoio financeiro da Pastoral. O objetivo do projeto Leitura Liberta é levar a leitura a encarcerados. Quando se fala de leitura, pode se entender como leitura de livros, literatura no geral... Mas não é apenas disso que se trata. O projeto busca trazer a leitura em suas mais diversas formas, sendo a leitura de fotografias, letras de músicas, tarot... É proposto também a busca pelo autoconhecimento, pela consciência, pela memória afetiva, pela busca por melhorias e realizações pessoais... são realizadas contação de histórias e há, em todo encontro, o momento “mão na massa” onde as encarceradas elaboram alguma atividade relacionada aos temas apresentados. Este momento foi pensado de modo que as mulheres possam expressar seus sentimentos por meio da escrita, da música, da pintura, enfim, da arte, tornando-se participantes ativas das atividades. As apenadas não ficam sentadas apenas ouvindo, pois, a intenção é que os encontros se tornem conversas e troca de conhecimentos.

4 – Havia algum bibliotecário trabalhando na biblioteca? Se não, quem era responsável pelo ambiente da biblioteca?

Não há um bibliotecário responsável pela biblioteca, há uma moça funcionária que faz este trabalho.

5 – Havia mediação da informação? Preocupação com a disseminação de informação contida no ambiente da biblioteca? Se sim, explique.

Havia mediação da informação por parte do Leitura Liberta. A disseminação ocorria por meio da distribuição de livros que o projeto fazia, sendo que pedíamos para que as detentas compartilhassem com as outras colegas os livros quando terminassem de ler. Usávamos um carimbo do projeto para que a Administração não pensasse que os livros eram da biblioteca (pois estes haviam regras específicas de empréstimo).

6 – Qual era a frequência das apenas na biblioteca prisional?

Não tenho a informação sobre a frequência das apenas e isso não era divulgado para nós do projeto Leitura Liberta.

7 – Você pôde realizar algum tipo de intervenção?

Pude realizar intervenções a partir do projeto Leitura Liberta. Assim como os outros voluntários, tive a oportunidade de apresentar uma temática sobre “mudanças” juntamente com um outro colega. As atividades são elaboradas pelos voluntários antes de irmos ao presídio, contando aos outros colegas para podermos relacionar uma atividade com a outra.

8 – Você sugeriria algum tipo de melhoria? Se sim, qual(s)?

Tratando-se da biblioteca prisional, acredito que deveria, inicialmente, haver um funcionário devidamente bibliotecário para conduzir o espaço, pois assim a biblioteca teria a oportunidade de funcionar como um espaço cultural e não como um mero depósito de livros que funciona duas vezes por semana e quando um projeto externo funciona.

Anexo C – Entrevista com Sâmea Maria Carlos

1 - Em que ano e em qual penitenciária você adentrou?

Ano de 2018. Por questão ética e regras internas do sistema penitenciário às unidades analisadas não são identificadas com os seus respectivos nomes reais, assim identificamos as unidades como: unidade prisional feminina A e unidade prisional feminina B.

2 - Como era o funcionamento da biblioteca?

Por meio das visitas e entrevistas foi possível identificar algumas características do funcionamento das bibliotecas das unidades prisionais A e B.

O acervo das bibliotecas prisionais analisadas é adquirido por meio de doações, de livros, periódicos, folhetos, DVD's, CD's, entre outros documentos, de variados assuntos, naturezas e suportes. Posteriormente é realizada uma análise do material recebido, e alguns temas, como obras com conteúdo sobre sexualidade e violência, são separados e não disponibilizados; o procedimento

é justificado por questões de segurança e adequada conduta no ambiente prisional.

O sistema de classificação para a organização dos acervos das duas unidades penitenciárias femininas A e B é a Classificação Decimal Universal (CDU). Devido à ausência de conhecimento técnico, já que as responsáveis não possuem formação em biblioteconomia, a classificação é realizada de forma básica e manualmente. Assim os acervos são classificados pela CDU, esse método é utilizado nessas bibliotecas devido a que alguns anos (não souberam informar a data exata), uma voluntária com formação em biblioteconomia foi a essas unidades e orientado as responsáveis para a utilização da CDU na organização dos acervos.

Não existe um vocabulário controlado, nem um thesaurus; a indexação é feita por meio do assunto do livro como, por exemplo: espírita, romance, literatura, ficção, direitos humanos, religião, contabilidade, jornalismo, história do Brasil, autoajuda, economia, biografias, administração, psicologia, ciências políticas, etc. O vocabulário natural é criado de forma livre ou por extração de palavras-chaves que são retiradas do resumo dos materiais, procedimento esse que torna a recuperação dos títulos e pesquisa de assuntos mais trabalhosa e com menor possibilidade de sucesso na busca.

3 - Atividades eram propostas e desenvolvidas com as apenadas? Se sim, explique.

Sim. As responsáveis pela biblioteca da unidade B, quando recebem alguns materiais por meio de doações e estes são considerados diferenciados e as mesmas têm autorização do sistema para desenvolver atividades na biblioteca, elas realizam pequenas oficinas no espaço da biblioteca. As últimas oficinas que foram desenvolvidas na biblioteca foram rodas de leituras em que após a leitura os grupos que foram formados desenvolveram uma pequena peça de teatro, e apresentaram em diversos dias em todos os pavilhões. Quando o grupo foi apresentar a peça teatral, todas as integrantes foram instruídas pelas normas do sistema, para não causarem transtornos para que as atividades, conquistadas aos poucos não fossem excluídas. Outro grupo desenvolveu atividades de pinturas em telas no espaço da biblioteca. Essas equipes são formadas por um pequeno grupo de até seis internas por oficinas, que aceitaram

participar de forma voluntária. Devido o espaço da biblioteca não comportar mais do que o citado e por questão de segurança, o sistema não libera a participação de mais detentas. As participantes das últimas oficinas devem dar oportunidades para as demais que ainda não participaram. As responsáveis não conseguem desenvolver mais atividades e oficinas por questão de falta de materiais para as mesmas trabalharem, já que os que constam na biblioteca são provenientes de doações.

A unidade A disponibiliza às internas, somente o acervo para a leitura, sem aplicação de outras atividades de mediação da leitura, mesmo assim a unidade está contribuindo para a ressocialização do preso, pois o fato de conter uma biblioteca e possibilitar que as internas leiam, consultem algum material já está fazendo a diferença na rotina dessas mulheres que estão encarceradas.

4 – Havia algum bibliotecário trabalhando na biblioteca? Se não, quem era responsável pelo ambiente da biblioteca?

Não. Na biblioteca prisional da unidade A, foi respondido pela a interna responsável, e na unidade B foram respondidos por duas internas responsáveis pela biblioteca. A escolaridade das internas responsáveis pelas bibliotecas, na unidade A ensino médio incompleto e na unidade B ensino médio completo e ensino superior completo.

5 – Havia mediação da informação? Preocupação com a disseminação de informação contida no ambiente da biblioteca? Se sim, explique.

Sim. Percebemos que a biblioteca prisional e o acesso à informação das internas contribuem significativamente no incentivo à leitura e na reinserção na sociedade.

Nesta perspectiva, a pesquisa de campo demonstrou que mesmo com todas as dificuldades que as bibliotecas prisionais encontram as duas unidades analisadas conseguem fazer com que as bibliotecas continuem funcionando e disseminando a informação para as internas.

Entre as internas da unidade B, que as autoras tiveram contato, algumas reconhecem a importância da biblioteca dentro do sistema penitenciário, e veem como uma oportunidade de crescimento pessoal, novas perspectivas de vida e ressocialização. Estas internas relataram a vontade de obter novos conhecimentos.

Percebemos que na unidade B há mais incentivos e projetos colaborando para o acesso à informação das internas que na unidade A, sendo desenvolvidas por meio da biblioteca, atividades que incentivam a leitura e auxiliam na ressocialização das internas.

É importante pensar a biblioteca como um espaço de conhecimento, de disseminação da informação, cultura, bem estar e como instrumento que auxilia as atividades educacionais. Acreditamos que essas informações são um dispositivo para que as pessoas possam despertar seu potencial transformador e aplicá-lo tanto em sua vida pessoal como em sociedade. De acordo com esta ideia, investigamos a disponibilização de obras com temática direitos humanos, considerando as bibliotecas prisionais como públicas mesmo fechadas e com restrições, e o acesso a estas obras, como um direito das detentas.

6 – Qual era a frequência das apenadas na biblioteca prisional?

A frequência é em média de 70% das internas (Na visita conseguir perceber o fluxo, por isso, nas duas bibliotecas existem algumas normas para a organização). Nas duas unidades todas as internas têm acesso à biblioteca, mas por questão de organização da biblioteca as responsáveis vão até os pavilhões com os “catálogos” para consultar a obra que a interna quer ler, assim após todas escolherem as obras as responsáveis fazem a entrega dos livros em todos os pavilhões. Quando alguma interna prefere ir até o espaço da biblioteca a mesma é acompanhada até o local e pode fazer a retirada no espaço da biblioteca.

7 – Você pôde realizar algum tipo de intervenção?

Sim.

8 – Você sugeriria algum tipo de melhoria? Se sim, qual(s)?

Sim.

- Profissionais da informação (Bibliotecários) nas penitenciárias;
- verba para compra de materiais (biblioteca), todos os materiais são por meio de doações;
- projetos voltados para a ressocialização das internas;
- assistência social;
- divulgar a biblioteca com o objetivo de todas as internas conhecerem melhor o espaço que poderá transformar a realidade das suas vidas;

estudos literários e prática de expressão escrita, entre outros pontos.

Agradecimentos

Agradeço a toda a minha família pelo apoio. Gratidão à minha orientadora, que me deu todo o suporte e auxílio necessário, haja vista as dificuldades enfrentadas em 2020. Agradeço às entrevistadas Cátia Lindemann, Nicole Raissa e Sâmea Carlos pela disponibilidade e relatos que puderam enriquecer o trabalho. Agradeço à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo pela bolsa de auxílio à pesquisa concedida e pela oportunidade oferecida para realização de pesquisas acadêmicas e científicas como essa.